

ATA nº 030/2025
COMITÊ DE INVESTIMENTO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, nos termos do Regimento Interno da Niterói Prev - Comitê de Investimentos (Decreto 15.254/2023 – Art. 5º), e da regulação do MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – SPREV (Portaria MPS nº 519/2011, Art. 3º-A, § 1º), foram convocados pelo Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA, através de mensagem eletrônica, para a Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada de forma virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams. Estiveram presentes os membros: MARCELO ZANDER VAIANO - Diretor de Finanças; LUCAS JOSÉ LOPES PAZ, Diretor de Gestão de Recursos Previdenciários; DANUSA MATTA DE SOUSA TINOCO, Membro indicado; FABIO DA SILVEIRA OLIVEIRA JUNIOR, Membro indicado; LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA, Membro indicado; ANDERSON PEIXOTO DE FARIA, Controlador Geral do Município; CAROLINE RIBEIRO DE SOUZA, Representante da SEPLAG e RODRIGO AUGUSTO COELHO CHAVES MARTINS, Representante da Secretaria Municipal de Administração.

Antes da abertura da pauta, o Diretor Lucas José Lopes Paz informou ao Comitê que está prevista para este ano a publicação de uma nova resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), que substituirá a atual Resolução nº 4.963/2021. Segundo Lucas, o texto da nova norma já foi encaminhado pelo Ministério da Previdência ao Ministério da Fazenda e se encontra em fase final de tramitação. A atualização visa aperfeiçoar os critérios de investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), incorporando avanços regulatórios e alinhamento às melhores práticas de mercado. O Comitê será oportunamente informado sobre os impactos da nova resolução assim que publicada.

Pauta:

A. Reuniões temáticas com Gestores:

O Diretor de Gestão de Recursos Previdenciários, Lucas José Lopes Paz, apresentou a proposta de implementação de reuniões temáticas com as instituições financeiras gestoras dos fundos da carteira do Niterói Prev. A iniciativa, sugerida originalmente pelo Presidente Heitor Pereira Moreira, foi estruturada com temas técnicos que serão abordados por gestoras selecionadas de acordo com sua especialização. Entre os assuntos previstos estão: estruturação de carteira, diversificação, renda fixa, renda variável, instrumentos de proteção e investimentos no exterior. A primeira reunião, agendada com o Itaú, ocorrerá em 9 de maio. Lucas destacou que a proposta contribui para a governança e poderá gerar relatórios de diligência a serem utilizados no processo de certificação do Pró-Gestão RPPS.

B. Status do Estudo de ALM:

Na sequência da reunião, o Diretor Lucas José Lopes Paz atualizou os membros sobre o andamento do Estudo de ALM (Asset Liability Management), informando que o mesmo já está em fase de elaboração, uma vez que a Avaliação Atuarial de 2025 foi entregue recentemente.

Lucas explicou que o Estudo de ALM é uma ferramenta fundamental para o planejamento de longo prazo da carteira, pois permite a análise integrada dos ativos financeiros do Instituto com suas obrigações previdenciárias futuras, promovendo maior segurança na alocação dos recursos.

Ele destacou que o estudo possibilitará a definição de vértices de vencimento ideais para aquisição de títulos públicos, além de orientar a composição de ativos que melhor atendam à liquidez e à rentabilidade exigidas pelo plano. Com isso, será possível avançar para uma estratégia mais alinhada ao perfil atuarial do Instituto, com foco em imunização de passivo e sustentabilidade financeira.

Adicionalmente, foi destacado que os resultados do Estudo de ALM poderão fundamentar futuras revisões na Política de Investimentos, permitindo que a alocação dos recursos se adeque ainda mais ao perfil das obrigações previdenciárias e à capacidade de pagamento do plano, conforme previsto na regulação vigente.

A previsão é que o estudo seja concluído e apresentado ao Comitê até o final do mês de abril. O presidente Heitor Pereira Moreira reforçou a relevância desse estudo como um marco estratégico para o Comitê e destacou que sua conclusão permitirá maior embasamento nas decisões sobre compra direta de títulos públicos, realocações e possíveis ajustes estratégicos de longo prazo.

Durante a exposição, o Sr. Luiz Vieira questionou se a execução do Estudo de ALM demandaria a realização de um novo processo licitatório. Em resposta, o Diretor Lucas José Lopes Paz esclareceu que o estudo já está previsto contratualmente no escopo da consultoria de investimentos atualmente contratada, e, portanto, não será necessária nova licitação. Informou ainda que será celebrado apenas um aditivo contratual para contemplar a entrega dos relatórios semestrais de diligências, que são requisitos para a certificação do Pró-Gestão, como produto complementar, sem prejuízo das demais cláusulas contratuais vigentes.

C. Relatório mensal da Carteira de Investimentos - Março de 2025:

O Diretor Lucas José Lopes Paz apresentou o desempenho da carteira de investimentos referente ao mês de março de 2025, aproveitando a ocasião para fazer um balanço consolidado do primeiro trimestre.

A rentabilidade acumulada da carteira no período foi de 2,90%, frente a uma meta atuarial de 3,33%, resultando em um cumprimento de 87,09% da meta. Lucas destacou que o desempenho, embora positivo, foi impactado pela alta inflação observada no trimestre, com o IPCA acumulado em 2,04% — o que, anualizado, corresponderia a 8,41%, valor bastante acima do teto da meta inflacionária oficial, de 4,50%.

O CDI no trimestre foi de 2,98%, superando o retorno da carteira, mas ainda inferior à meta atuarial efetiva. Lucas observou que a meta atuarial normalizada, composta por IPCA de 5,65% (conforme projeções do Boletim Focus) somado à taxa real de 5,31%, corresponde a uma meta trimestral de 2,70%. Nesse cenário, o retorno de 2,90% da carteira teria superado a meta, mas, conforme frisado pelo Presidente Heitor Pereira Moreira, o que prevalece para aferição é a meta efetiva baseada no IPCA real observado — justificando o desempenho abaixo da meta.

Entre os destaques positivos da carteira, Lucas ressaltou a performance dos títulos públicos indexados à inflação (NTN-Bs) adquiridos diretamente, que apresentaram rentabilidade de 3,75% no trimestre, superando a meta atuarial, o CDI e os demais benchmarks de renda fixa. As aquisições

realizadas com taxas de 7,29%, 7,72% e 7,87% foram consideradas bem-sucedidas, contribuindo para uma base sólida de rentabilidade futura, sem volatilidade.

Já os fundos da família Vértice, que aplicam majoritariamente em NTN-Bs via marcação a mercado, apresentaram desempenho misto. Apenas o Vértice 2027 superou a meta (3,34% versus 3,33%), enquanto os demais ficaram abaixo. Os fundos de renda fixa ativa, como o Optimus (2,17%) e o Legend (2,98%), também tiveram retorno inferior ou equivalente ao CDI (2,98%).

No campo da renda variável, o destaque ficou com o fundo Plural Dividendos, que alcançou rentabilidade de 10,13% no trimestre, frente à meta atuarial de 3,33%. Apesar do bom desempenho, a classe de ações representa cerca de 5% da carteira, o que limita seu impacto global, mas ainda assim cumpre importante papel de diversificação. Por outro lado, o fundo BDR, exposto à bolsa americana e ao câmbio, sofreu com a recente queda desses ativos, mas é mantido na carteira pela sua relevância estrutural no longo prazo.

Lucas finalizou destacando que a carteira mantém aderência à política de investimentos e aos limites legais, com uma composição diversificada entre gestores e classes de ativos. Reforçou que as movimentações realizadas priorizam a qualidade dos produtos e a relação risco-retorno, e que a conclusão do Estudo de ALM trará diretrizes adicionais para futuras alocações mais estruturadas.

O relatório foi aprovado por unanimidade pelos membros do Comitê, e o Presidente Heitor sugeriu que o link da plataforma da consultoria Mais Valia seja compartilhado com todos, para acompanhamento contínuo dos dados da carteira.

D. Aprovação de proposta de movimentação financeira na Carteira de Investimentos:

Na sequência o Diretor apresentou ao Comitê a proposta de nova movimentação financeira na Carteira de Investimentos, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com o objetivo de retomar o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) aprovado anteriormente para compra direta de títulos públicos. Lucas informou que metade desse valor já foi utilizado em operação realizada no final de março, com taxa de 7,87% ao ano, considerada bastante vantajosa.

Adicionalmente, foi apresentada proposta de realocação dos recursos atualmente aplicados no fundo Caixa Aliança Títulos Públicos, no montante de aproximadamente R\$ 98 milhões, para o fundo Caixa FI Brasil Referenciado DI. Lucas explicou que o fundo Aliança vem apresentando performance inferior ao CDI (em torno de 97% do benchmark), enquanto o fundo de destino tem superado o CDI nos últimos 12 meses (11,44% contra 11,26% do CDI). A substituição visa melhorar a eficiência da carteira sem alterar o perfil de risco.

Na sequência, o Presidente Heitor Pereira Moreira propôs ao Comitê que se avaliasse a possibilidade de manter previamente autorizado o limite de R\$ 100 milhões para essas operações, ou até mesmo considerar a autorização total dos 20% previstos na Política de Investimentos — o equivalente a aproximadamente R\$ 400 milhões — evitando, assim, a necessidade de novas aprovações a cada reunião. Heitor destacou que, desde que respeitados os limites legais e a qualidade dos ativos, essa abordagem poderia dar agilidade às decisões em momentos de janela de

oportunidade, sem comprometer a governança.

O membro Luiz Vieira manifestou apoio à proposta e ressaltou que o cenário atual, tanto no Brasil quanto no exterior, tem se mostrado altamente volátil e imprevisível, dificultando a tomada de decisão em janelas longas. Segundo ele, decisões de investimento muitas vezes precisam ser executadas em tempo real, diante de oscilações pontuais das taxas, e a pré-aprovação de um teto — como os 20% regulamentares — daria maior flexibilidade operacional para aproveitar tais momentos com segurança e eficiência. Luiz também destacou os ganhos expressivos que o Instituto já vem obtendo com essas operações em NTN-Bs, e parabenizou a equipe técnica pelo trabalho.

O Presidente Heitor solicitou que a sugestão fosse consignada em ata, e propôs que a discussão sobre uma eventual autorização permanente até o limite da política seja retomada na próxima reunião. Reforçou que a estratégia adotada pela Diretoria — de alocações fracionadas, disciplinadas e oportunas — tem se mostrado acertada, especialmente enquanto se aguarda a entrega do Estudo de ALM, que fornecerá a base técnica definitiva para os próximos ciclos de alocação de longo prazo.

A proposta de movimentação financeira, bem como a realocação dos recursos do fundo Caixa Aliança para o fundo Caixa FI Brasil Referenciado DI, foi aprovada por unanimidade pelos membros do Comitê.

E. Conclusão do Comitê de Investimentos:

Após a apresentação e discussão dos itens da pauta, todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade pelos membros do Comitê conforme assinaturas da presente ata.

Heitor Pereira Moreira

Presidente da Niterói Previsão

Lucas José Lopes Paz

Diretor de Gestão de Recursos

Previdenciários da Niterói Previsão

Marcelo Zander Vaiano

Diretor de Finanças da Niterói Previsão

Danusa Matta de Sousa Tinoco

Membro indicado da Niterói Prev

Fabio da Silveira Oliveira Junior

Membro indicado da Niterói Prev

Luiz Antônio Francisco Vieira

Membro indicado da Niterói Prev

Anderson Peixoto de Faria

Representante da Controladoria

Geral do Município – CGM

Rodrigo Augusto Coelho Chaves Martins

Representante da Secretaria Municipal de

Administração – SMA

Caroline Ribeiro de Souza

Representante da Secretaria Municipal

de Planejamento e Modernização

da Gestão - SEPLAG

